

Sucessão na Unicamp

Candidatos se esquivam de compromisso com implementação imediata da isonomia e 30 horas

No debate promovido nesta segunda-feira (18) pelo STU, Adunicamp e DCE, os professores José Tadeu Jorge e Mário Saad voltaram a confrontar suas propostas para a gestão da Universidade nos próximos quatro anos. Os candidatos à sucessão do reitor Fernando Costa, no geral, assim como na segunda rodada de sabatinas rea-

lizada pelo STU no dia 13, não avançaram nos compromissos com as demandas da comunidade universitária.

Na sabatina, cujos vídeos estão disponíveis no site do sindicato na internet <www.stu.org.br>, os candidatos foram mais uma vez inquiridos sobre o pleito dos trabalhadores de implementação imediata da isonomia

dos pisos salariais com a USP e a retomada da jornada de 30 horas na área da saúde. Esta edição do **Boletim do STU** traz a transcrição dos principais trechos das conversas.

Antes de votar, não deixe de conferir os vídeos da sabatina, debates e as respostas dos reitoráveis à plataforma dos trabalhadores no site do STU.

Universidade

No apagar das luzes, reitoria avança na compra da Fazenda Argentina

Negociação repudiada por toda a comunidade universitária e questionada pela imprensa local por ser comandada por tucanos nos dois lados do balcão, a compra da Fazenda Argentina voltou a ser pauta na mídia. No último dia 14 o jornal "Correio Popular" noticiou a confirmação da desapropriação da área que vinha sendo negociada entre a Unicamp e o proprietário por R\$ 150 milhões. Ainda segundo o jornal, o valor acima será pago pela Unicamp para "comprar" a parte da área que utilizará. Até o fechamento desta edição, o decreto de desapropriação ainda não havia sido publicado.

Embora anunciada como fundamental para a expansão da Universidade, apenas 15% da área

será usada para a ampliação do Parque Científico e Tecnológico da Unicamp. A maior parte será entregue para uso de grandes empresas, inclusive multinacionais como a Samsung e Chevron.

Enquanto entrega milhões ao setor privado, a Unicamp até hoje não se pronunciou sobre um terreno oferecido gratuitamente pela Prefeitura de Jundiaí para ampliação do ensino superior público no Estado, conforme noticiado pelo **Boletim do STU** nº 40 (de 10 de julho de 2012).

A compra da Fazenda Argentina foi negociada pelo ex-pró-reitor Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva, Paulão, às vésperas de sua indicação como candidato tucano à vice-prefeito de Campinas. O cor-

retor do negócio, Fernando Braga, é ex-secretário de Desenvolvimento do governo Alckmin (PSDB) e os atuais donos do terreno (a família Oliveira Dias Pires, dona da rede Drogasil e sócios da Camargo Correa) são financiadores das campanhas tucanas. A compra entrou em compasso de espera logo após a cassação da candidatura de Paulão pela lei da ficha limpa.

Uma semana antes do segundo turno da consulta para reitor da Unicamp e no apagar das luzes da gestão Fernando Costa, novamente a reitoria tenta efetivar a aquisição.

O STU repudia essa medida e exigirá do próximo reitor a sua anulação, que é um atentado aos interesses da comunidade universitária e da sociedade.

Saad e Tadeu falam sobre as reivindicações de isonomia e 30 horas na saúde já!

Neste segundo turno, novamente o STU entrevistou os candidatos à sucessão do reitor Fernando Costa com o objetivo de buscar avanços nos compromissos com as reivindicações dos trabalhadores técnico-administrativos. Confira abaixo os principais trechos das respostas de José Tadeu Jorge e Mário Saad. Os vídeos podem ser assistidos no site do sindicato <www.stu.org.br>.

STU - Seu programa de gestão propõe implementar a isonomia dos pisos salariais entre os servidores técnico-administrativos da Unicamp e da USP paulatinamente, como forma de reduzir o impacto da medida no orçamento da Universidade. Entretanto, no dia 23 de fevereiro desse ano, o jornal “O Estado de S. Paulo” divulgou que a Unicamp teria uma reserva em caixa de 1,1 bilhão de reais. Esta reserva bilionária era desconhecida da comunidade universitária e significa que há em caixa um valor quase sete vezes superior ao custo anual da isonomia, bastando para tanto haver vontade política de reitoria em priorizar de fato os funcionários, e não apenas palavras. O senhor se compromete, caso eleito, a implementar a isonomia ainda nesse semestre?

MÁRIO SAAD - *Existe realmente esse dinheiro em caixa, esses dados são corretos e transparentes. O grande problema é que uma boa parte deles já está empenhada. No serviço público, quando você contrata uma obra, no momento da contratação eu já empenho o dinheiro. No segundo momento é preciso esclarecer que é bom a Universidade ter um caixa para, em situações de mudanças no ICMS, não ficar sem caixa para pagar os trabalhadores. O problema é que quando se incorpora um aumento aos funcionários e docentes isso é uma despesa para sempre. Não adianta ter caixa – pode dar por algum tempo, mas mais a frente pode não dar mais. Para dar aumento precisa ter fluxo de caixa, e a Universidade não tem. Nossa proposta de isonomia é sensata, para ser feita em quatro anos. Consideramos a isonomia fundamental e a defendemos muito, mas com a Universidade funcionando bem. Queremos atender todos os setores e, para que isso funcione, precisa ser feito em quatro anos. Menos que isso é populismo. A Universidade precisa pagar bem seus funcionários e docentes, mas também precisa servir a população. Então não podemos deixar a Universidade entrar em falência.*

JOSÉ TADEU JORGE - *Temos que respeitar o que foi colocado no nosso programa de gestão, que está registrado na Secretaria Geral. Nossas análises e visões em termos do orçamento da Universidade nos asseguravam que poderíamos fazer a isonomia em dois anos. Mantemos o que está no programa. E acho que as reservas que foram divulgadas recentemente seguramente nos ajudam e tornam mais fácil atingir o objetivo de ter os salários iguais da USP.*

No entanto, é importante que se saiba que as reservas não têm garantias de que vão se prolongar eternamente. Então, é preciso um pouco de cuidado, porque como foi dito na própria pergunta o valor é sete vezes maior que o necessário pra fazer a isonomia. Significa que as reservas acabariam em sete anos e os reflexos sobre os salários se prolongariam eternamente. As reservas ajudam no sentido de que pode se estabelecer um comprometimento maior com folha de pagamento naquele ano especificamente. Se for possível reduzir esse tempo, certamente nós faremos. Mas pelo que conhecemos do orçamento e do que foi divulgado como reserva da Unicamp, acreditamos que vamos ter condições de fazer a isonomia em dois anos.

STU - Mas quando o senhor elaborou seu programa de gestão, não sabia da existência desse dinheiro. Logo, se o senhor for o reitor, essa verba será usada para fazer ações que não estavam previstas no seu programa. Se não for a isonomia, será o quê? Aliás, só com o rendimento desta reserva praticamente já é possível custear a isonomia. Mesmo o valor que a própria reitoria admite que não estaria comprometido com obras já é superior ao necessário para a implementação imediata da isonomia. Você não acha que essa negativa é seguir no mesmo caminho do reitor Fernando Costa, de sempre desqualificar e adiar as medidas que são do interesse dos funcionários? Por que os trabalhadores não podem, ao menos uma vez, serem a prioridade da reitoria?

MÁRIO SAAD - *Defendo que exista um colchão de reserva de duas folhas para a Universidade trabalhar com tranquilidade. Não queremos chegar aos meses de setembro ou outubro e começar a anunciar que não terá 13º ou que teremos que cancelar o vale-refeição. Uma reserva pode se esvaír rapidamente e você ficar completamente inadimplente. Há que ser responsável com o dinheiro público. Vamos tentar atender as reivindicações dos funcionários que são justas, mas num prazo que não comprometa a Universidade. Se o fluxo de caixa, lá chegando, for melhor do que imagino, posso até me comprometer a fazer em menos tempo. O que quero fazer é uma proposta realista, porque nosso diálogo tem que ter franqueza, sinceridade e verdade.*

JOSÉ TADEU JORGE - *Deixamos muito claro no*



nosso programa que uma das prioridades orçamentárias é atingir a igualdade dos salários com a USP. Eu insisto: o pagamento de salários, uma vez estabelecido, se prolonga por uma geração inteira (30 a 35 anos, até que o funcionário se aposente). Então, a visão em termos de folha salarial não pode ser imediatista. Um reajuste da ordem necessária para termos os salários iguais aos da USP não é uma quantidade pequena de recursos, embora essas reservas poderão ajudar muito no equacionamento de atender esse objetivo prioritário. Se a situação orçamentária melhorar, for melhor que aquela que nós imaginamos, poderemos discutir a aceleração desse atingimento dos salários iguais aos da USP.

STU - A perda da jornada de 30 horas na área da saúde causou diversos problemas, principalmente em relação ao nível de adoecimento no trabalho. Seu programa alega defender a retomada das 30 horas para esse setor. Caso eleito, o senhor se compromete em realizar isso ainda no primeiro semestre desse ano?

MÁRIO SAAD - *Eu trabalho há 27 anos na área da saúde, sei o sacrifício que as pessoas, como é difícil trabalhar nessa área, manter a concentração, o volume de serviço que tem e, pior, a gravidade das doenças. Entendo que 30 horas é uma coisa justa e correta. Existe um projeto na Câmara que se for aprovado vamos ter que implantar. A vantagem é que o Governo aprovando esse projeto nos suplementa com verba para implantá-lo instantaneamente. O segundo ponto é que a Unicamp é uma universidade institucionalizada, onde tudo é decidido de maneira democrática no Conselho Universitário. Então, meu compromisso é levar essa discussão para o Conselho Universitário e defender que a gente implante já as 30 horas, mas a decisão é soberana do Conselho.*

JOSÉ TADEU JORGE - *Para isso precisamos atentar a dois fatores importantes: rever todos os contratos dos trabalhadores que atuam na área da saúde, trazer os con-*

tratos para 30 horas, e rever os enquadramentos para que não ocorra perda salarial. E, portanto, cada um desses contratos terá que ser novamente assinados pela Universidade e por cada um dos interessados. A segunda providência a ser tomada, importante em termos temporais, é que ao implantar a jornada de 30 horas vamos precisar fazer algumas contratações. E há um tempo requerido para fazer essas contratações, talvez a necessidade de um concurso. Nossa proposta é fazermos isso no primeiro ano da gestão. O prazo de seis meses poderá ser curto se tivermos que fazer um concurso.

Conquistas só serão garantidas com mobilização

A diretoria do STU lembra que a jornada de 30 horas na área da saúde foi uma conquista da luta dos trabalhadores, retirada em 2006 em meio ao processo de ataques ao funcionalismo e desmonte dos serviços públicos.

A retomada definitiva das 30 horas sem perda de direitos salariais ou relativos à ascensão funcional e aposentadoria só será garantida com a mobilização.

As propostas para uma nova regulamentação da jornada devem ser amplamente debatidas e negociadas com os trabalhadores e o STU, com vistas um avanço efetivo em direitos. Por isso, é importante que os trabalhadores da saúde sejam ouvidos e que as mudanças na realidade atual sejam efetivadas como política institucional e não de gestão, para que não fique nenhuma ameaça de que futuros reitores possam mudar o regime de trabalho de acordo com suas prioridades administrativas. A luta pelas 30 horas será uma das pautas centrais da campanha salarial 2013. Vamos à Luta!

Judiciário reafirma direito de trabalhadores em probatório

Depois de emitir liminar favorável à participação dos trabalhadores em estágio probatório na eleição para o Conselho Universitário (CONSU) em outubro passado, o juiz do trabalho Artur Ribeiro Gudwin acaba de julgar favorável ao STU a ação impetrada pelo sindicato contra a Unicamp. A reitoria Fernando Costa tentou impedir os funcionários do

probatório de concorrerem a uma cadeira no Conselho. De acordo com a sentença, não há razoabilidade em exigir que o servidor já tenha ultrapassado o estágio probatório e adquirido a estabilidade para participar da eleição no Conselho Universitário, tampouco para representar a categoria na mesma instância. O juiz também atenta para o fato de que “es-

tágio probatório não constitui etapa de investidura precária em ato administrativo complexo, haja vista que o período de prova não afasta a qualidade do cargo e suas competências” e ressalta que a presença desses trabalhadores no CONSU não implica em “qualquer afronta a princípio da administração ou interesse público”. Ainda cabe recurso.

Represália

Ricardo Antunes é interpelado judicialmente por criticar Proifes

O professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp Ricardo Antunes acaba de ser interpelado judicialmente pela PROIFES (Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior). A interpelação questiona as declarações concedidas por ele no Programa

Roda Viva, da TV Cultura, do dia 3 de setembro de 2012. Na ocasião, questionado pelos jornalistas sobre a recente greve dos professores das universidades federais, o sociólogo disse: “Alguém acredita que não tem greve? Que a greve acabou porque uma entidade criada pelo governo, incentivada pelo governo, ela não fala pelo

conjunto – a chamada PROIFES, ela não fala pelo conjunto dos professores”. Intelectuais, juristas e professores de diversas instituições lançaram um manifesto de repúdio à tentativa de intimidação contra Ricardo Antunes. O documento pode ser lido na íntegra no site do STU, que subscreve o manifesto.

Racismo

Debate na Câmara discute discriminação racial na cidade

Na próxima quinta-feira (21/03), às 19h, acontece o “Debate Aberto sobre o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial”, no plenarinho da Câmara de Vereadores (Av. Eng. Roberto Mange, 66, Ponte Preta).

O debate foi motivado pela determinação da PM de abordagem

especialmente de jovens “negros e pardos” após um episódio de roubo na cidade, considerada racista, e faz parte de um conjunto de ações do Fórum Campinas Contra o Racismo. O evento também marca o Dia do Massacre de Sharpville, na África do Sul em 1960. Na ocasião a polícia abriu fogo contra um

grupo de manifestantes desarmados, matando 69 e ferindo 180. A data é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

O STU é contra a discriminação racial e compõe o Fórum que organiza o debate.